

DOI: <https://doi.org/10.5902/2236672586534>

Programa Fome Zero e o discurso do PFL: cultura política e assistencialismo

Fome Zero Program and the PFL discourse: political culture and welfare

Le programme Fome Zéro et le discours du PFL: culture politique et protection sociale

El programa Fome Zéro y los discursos del PFL: cultura política y protección social

 **Felipe Corral de Freitas**
Universidade Federal de Campina Grande

Resumo | O objetivo deste artigo é o de compreender a significação feita pelos deputados federais do Partido da Frente Liberal (PFL) tratando do Programa Fome Zero (PFZ) durante a Sessão do Grande Expediente da Câmara Federal durante o ano de 2003. Para isso, usamos os aspectos teóricos e metodológicos da teoria do discurso desenvolvida por Laclau e Mouffe (2015). Sem criticar o mérito do PFZ, verificamos que a visão assistencialista sobre o programa se mostrou hegemônica. Com base nisso, inferimos que o sentido assistencialista gerado pelos deputados do PFL seria a base para a interpretação da formação de uma cultura política de seus assistidos.

Palavras-Chave: Programa Fome Zero, Cultura Política, Assistencialismo, Teoria Discurso.

Abstract: The objective of this article is to understand the meaning made by federal deputies of the Liberal Front Party (PFL) when dealing with the Zero Hunger Program (PFZ) during the Grand Expediente Session of the Federal Chamber during the year 2003. To this end, we use the theoretical and methodological aspects of discourse theory developed by Laclau and Mouffe (2015). Without criticizing the merit of the PFZ, we found that the welfare vision of the program proved to be hegemonic. Based on this, we infer that the welfare sense generated by PFL deputies would be the basis for interpreting the formation of a political culture among those they assisted.

Keywords: Zero Hunger Program, Political Culture, Welfare, Discourse Theory.

Résumé: L'objectif de cet article est de comprendre le sens donné par les représentants fédéraux du Parti Front Libéral (PFL) à propos du Programme Faim Zéro (PFZ) lors de la Session Grand Expediente de la Chambre Fédérale au cours de l'année 2003. Enfin, nous utilisons les aspects théoriques et méthodologiques de la théorie du discours développés par Laclau et Mouffe (2015). Sans critiquer le mérite du PFZ, nous avons constaté que la vision sociale du programme s'est révélée hégémonique. Sur cette base, nous déduisons que le sentiment de bien-être généré par les députés du PFL serait la base pour interpréter la formation d'une culture politique parmi ceux qu'ils ont aidés.

Mots-clés: Programme Faim Zéro, Culture Politique, Bien-être, Théorie du Discours.

Resumen: El objetivo de este artículo es comprender el sentido adquirido por los representantes del Parti Front Libéral (PFL) a propósito del Programa Faim Zéro (PFZ) durante la Sesión Grand Expediente de la Chambre Fédérale au cours de l'année 2003. Finalmente, utilizamos los aspectos teóricos y metodológicos de la teoría del discurso desarrollado por Laclau y Mouffe (2015). Sin criticar el mérito del PFZ, hemos constatado que la visión social del programa es revelada hégémonica. Sobre esta base, hemos descubierto que el sentimiento de bien-être generado por los diputados del PFL será la base para interpretar la formación de una cultura política entre estos ceux qu'ils ont Aidés.

Palabras Clave: Programa Hambre Cero, Cultura Política, Bienestar, Teoría del Discurso.

Introdução

O objetivo deste artigo é articular a significação feita pelos deputados federais do Partido da Frente Liberal (PFL)¹, realizadas durante a sessão do Grande Expediente da Câmara Federal, no período que compreende o primeiro semestre de 2003, tratando do Programa Fome Zero (PFZ), uma política social implementada no início do governo Lula, com o conceito de cultura política. Neste sentido, intenta-se, a partir do conceito de cultura política, interpretar os sentidos gerados pelos deputados federais do PFL, tratando do PFZ, no que se refere à construção da cultura política dos beneficiários² do referido Programa. Neste trabalho, não se tem a pretensão de abordar o conceito “cultura política” de modo a fazer uma construção história e, muito menos, debater suas bases filosóficas.

A escolha do Grande Expediente da Câmara Federal fundamenta-se no fato de ser o momento em que os deputados apresentam seus posicionamentos sobre os temas que estão em pauta no dia. Também é o momento em que os mesmos dispõem de um tempo maior para essas discussões. Já o recorte temporal para tal análise, o primeiro semestre de 2003, justifica-se devido o lançamento deste programa de combate à fome ter tido maior repercussão no primeiro semestre de 2003.

Para tal análise, foi escolhido o Partido da Frente Liberal (PFL) em virtude de ser a principal oposição ao governo Lula, se colocando contra as políticas implementadas por tal governo. O PFL sempre foi classificado como um partido de direita, pois sempre defendeu uma política voltada em prol de um modelo de economia liberal. Suas bases são oriundas do PDS (Partido Democrático Social), antiga ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido que fez parte da ditadura militar. Após 1990, o que mais caracteriza um partido conservador são suas políticas voltadas para o mercado, abertura ao capital estrangeiro, redução dos gastos públicos e privatizações (Mainwaring, Meneguello, Power, 2000). A partir do ano de 2007 o Partido da Frente Liberal (PFL) trocou a sua nomenclatura, passando a se chamar Democratas (DEM)³ e, em 2002, se tornou União Brasil com a fusão com o Partido Social Liberal.

Apesar da base de sustentação do governo ser bastante ampla, a oposição feita pelo PFL era consideravelmente forte, elegendo 84 (oitenta e quatro) deputados federais. É importante destacar que a oposição feita ao governo Lula contou com o apoio do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), portanto, tanto o PFL como PSDB se constituíram como os grandes partidos opositoristas do governo criador do PFZ.

Tomou-se como base para tal análise os aspectos teóricos e metodológicos da teoria do discurso desenvolvida por Laclau e Mouffe (2015), e, posteriormente, aprofundada por Laclau (2000, 2011, 2013, 2014). Outros conceitos importantes, trabalhados desenvolvidos pelos autores, tais como hegemonia, ponto nodal e antagonismo, também assumiram papel importante para a compreensão dos pronunciamentos dos deputados federais do PFL. Neste

¹ Hoje União Brasil.

² O sentido de beneficiário e o sentido de assistidos são utilizados, neste artigo, como sendo sinônimos.

³ Para a elaboração deste trabalho será usada a nomenclatura antiga do partido, pois quando realizada a pesquisa, o partido ainda se chamava Partido da frente Liberal (PFL).

sentido, na constituição de uma relação antagônica entre situação, no caso o governo do PT e defensor do PFZ, e a oposição, neste caso os deputados federais do PFL criticando o Programa, foram articulados por dois pontos nodais – o discurso da situação⁴ contra o discurso da oposição. Portanto, tais conceitos foram fundamentais para a organização e operacionalização dos pronunciamentos analisadas.

Assim sendo, analisar o PFZ a partir dessa ótica se mostra como um novo olhar sobre essa temática, uma nova construção de como este Programa é significado, trazendo, assim, uma contribuição para a discussão sobre programas sociais, assistencialismo e cultura política. Além disso, a articulação com o conceito de cultura política ajuda na compreensão da significação feita pelos deputados federais do PFL, ou seja, pode-se inferir que os sentidos gerados pelos deputados federais do PFL com relação ao PFZ se constituem como um dos possíveis fatores na construção da cultura política dos assistidos pelo Programa⁵ – a manutenção da dependência dos assistidos e a forma como os mesmo compreendem o papel das instituições políticas em suas vidas.

O presente artigo está dividido em quatro seções, mais as considerações finais. Na primeira seção, são apresentados os conceitos e a metodologia a partir da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe. Na segunda seção apresenta-se uma breve abordagem sobre o conceito de cultura política e, ainda, faz-se uma construção articulando outros dois conceitos, cultura cívica e capital social. Na terceira seção é demonstrado o “estado da arte” sobre o tema “Fome Zero”. Logo, na quarta seção, serão apresentadas as significações feitas pelos deputados federais do PFL com relação ao PFZ; é neste capítulo que se encontra a análise propriamente dita do artigo. Nas considerações finais realizamos uma retomada breve sobre o as significações dos deputados federais do PFL com relação ao PFZ e, além disso, como o conceito de cultura política ajudou a identificar, nos pronunciamentos de tais deputados, o assistencialismo como um possível fator relevante na formação de uma cultura política dos beneficiários do Programa.

A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe: elementos teóricos e metodológicos da análise⁶

Para Laclau e Mouffe (2015, p. 181-182), todo objeto é uma formação discursiva em que nenhuma significação pode ser constituída fora disso, ou seja, todo objeto é objeto de discurso. O discurso se forma a partir de práticas articulatórias e significativas que constituem e organizam relações sociais, no qual o linguístico não pode ser visto separado do social, rechaçando toda e qualquer separação entre práticas discursivas e práticas não discursivas, pois o discurso não possui um caráter meramente mental, mas sim material.

Toda configuração social é uma configuração significativa, pois são atribuídos aos eventos sociais diferentes significados. Discurso, deste modo, é entendido a partir de um conjunto de elementos em que as relações desempenham um papel constitutivo na sua

⁴ Este trabalho não busca construir o discurso de defesa do Programa.

⁵ É importante salientar que para uma análise mais aprofundado sobre tal efeito se faz necessário um estudo direto com os beneficiários do PFZ, o que não constitui o objetivo deste artigo.

⁶ Nossa intenção não é a de propor um debate sobre a teoria do discurso e seus desdobramentos teóricos e relacionados ao atual debate sobre democracia. Para isso ver Jessop (2019) e Mendonça (2019).

simbolização. O campo discursivo é o espaço onde diversas formações discursivas entram em concorrência umas com as outras, formando um jogo de equilíbrio instável. Um discurso se forma sempre na tentativa de dominar o campo da discursividade, buscando, deste modo, se constituir como um ponto nodal, um ponto privilegiado, um discurso hegemônico (Laclau, Mouffe, 2015, p. 187).

A articulação discursiva, para existir, precisa de um exterior constitutivo, e esse exterior constitutivo é a marca do antagonismo, é o discurso antagônico. Isso significa que a relação antagônica dá início à construção de identidades políticas a partir de uma relação com o “Outro”; o antagonismo, marcado pela falta, pelo deslocamento de toda identidade (Laclau, 2000, p. 55-56), é a possibilidade da articulação que formará o discurso e, por consequência, se condensará a partir de um ponto nodal. O ponto nodal dessa formação discursiva assume uma característica fundamental na construção do próprio discurso, pois é através dele que se estabelece a união entre os momentos diferenciais.

Um ponto nodal é onde as significações serão articuladas, e é delimitado pelo seu corte antagônico, seu exterior constitutivo, ou seja, em uma disputa discursiva um ponto nodal sempre terá o seu antagônico. Portanto, todo ponto nodal se constitui em uma luta por hegemonia e, neste sentido, quando uma determinada identidade se hegemoniza, esvaziando sua particularidade inicial, se torna, necessariamente, um significante vazio.

Todo discurso busca se hegemonizar, ou seja, uma identidade tenta impor sua particularidade sobre a outra, mesmo que seu sentido nunca seja plenamente constituído; e é disso que decorre a impossibilidade de totalização, a impossibilidade da formação de um discurso pleno. Todo instante hegemônico necessita de uma relação antagônica, pois o momento em que uma identidade particular atinge a hegemonia é precedido por algum discurso que o antagonizava ou ainda se mantém como antagônico.

No espaço do social pode haver vários pontos de hegemonia decorrentes dos antagonismos. Todos os discursos buscam universalizar seus conteúdos particulares, ou seja, toda formação discursiva tem como objetivo expandir seu sentido na busca de se tornar um discurso sistematizador, um discurso hegemônico. Nas palavras dos autores: “[...] a hegemonia emerge num campo atravessado por antagonismo e, portanto, supunha os fenômenos da equivalência e os de fronteira. Porém, inversamente, nem todo antagonismo supõe práticas hegemônicas” (Laclau, Mouffe, 2015, p. 215).

Para além da divisão do espaço do social em dois polos antagônicos (no sentido do populismo desenvolvido por Laclau (2013), é preciso compreender a hegemonia a partir da fragmentação e da formação de disputas discursivas específicas. Neste sentido, quando tratamos de uma disputa imersa no espaço do social, mas que não coloca em xeque sua estruturação mais estável (sua hegemonia ainda incontestável), mas sim uma disputa mais “particularista”, é possível identificar dois discursos hegemônicos a partir da posição de seus momentos (Freitas, 2018b, 2020a).

Segundo Laclau e Mouffe (2015, p. 218-219), nenhuma lógica hegemônica pode dar conta de uma totalidade do social, ou seja, nenhuma determinada identidade pode representar o todo social, pois todo processo hegemônico necessita de uma relação de antagonismo. Com isso, todo processo hegemônico tem o seu lado negativo – entendidos como pontos de tensão. Além do mais, como já dito, toda hegemonia se constitui a partir de um antagonismo, tornando-se um significante vazio.

Segundo Laclau, “um significante vazio é, no sentido estrito do termo, um significante sem significado” (Laclau, 2011, p. 67). Um determinado discurso, um ponto nodal, abarca tantos significados de vários momentos que se articularam em torno desse ponto nodal que ele acaba esvaziando suas particularidades e representando outras particularidades dessas identidades articuladas com ele.

Para Laclau (2011, p. 75), o significante pode estar vinculado a distintos significados. Isto significa que demandas diferentes, com sentidos diferentes, se articulam em torno de um ponto nodal, um ponto que teve a sua particularidade universalizada, portanto, tornando-se um significante vazio. Segundo Laclau, o significante vazio, uma diferença particular que assumiu o papel de representação – sem deixar de ter sua particularidade – representa todas as identidades particulares que estão articuladas com esse significante.

A existência de forças antagônicas e a instabilidade das fronteiras entre elas, que constitui a relação entre equivalência e limite, são marcadas pela relação de flutuação entre elementos que aparecem nesses discursos ainda em formação, o que possibilita a construção de uma hegemonia. Portanto, por meios desses processos são construídos os discursos, sempre numa relação complexa e antagônica.

Para Laclau e Mouffe (2015, p. 202), todo discurso que nega o outro se constitui como antagônico, pois ao mesmo tempo em que ele delimita seu corte antagônico, seu opositor, ele se constitui como “ele mesmo”. As lutas democráticas emergem num contexto marcado por uma dupla característica que pode parecer paradoxal: o campo é relativamente suturado e, ao mesmo tempo, as identidades sempre deslocadas (Laclau, 2000, p. 37) expressam seu caráter fragmentado. Isso implica a compreensão de que o espaço social é formado por uma multiplicidade de práticas que não esgotam a realidade referencial e empírica dos agentes que fazem parte dela (Laclau, Mouffe, 2015, p. 210-211)⁷.

A lógica antagônica possibilita compreender as relações políticas a partir de identificações, demonstrando que tais lutas não resultam de identidades prontas, mas sim as formam. Neste sentido, a realidade social não pode ser simplesmente descrita por relações preestabelecidas, mas sua complexidade aparece no instante em que tais relações se mostram sempre precárias e contingentes – o momento de suas formações a partir de determinadas disputas por sentidos.

No que se refere aos aspectos metodológicos da teoria do discurso aqui utilizada, bem como a estratégia organizacional propiciada pela mesma, é necessário capturar a formação da realidade construída – neste caso o discurso dos deputados federais do PFL tratando do PFZ em seus pronunciamentos no Grande Expediente da Câmara Federal – e nela identificar os elementos dispersos que apresentem regularidades na produção de sentidos em cada formação discursiva a partir da relação antagônica estabelecida, ou seja, as disputas por determinados sentidos. Identificadas as regularidades nos (dos) elementos, estes passam a ser chamados de momentos discursivos, os quais, como já mencionado, serão carregados de sentidos. Realizado este processo, o próximo passo é identificar, a partir da formação dos momentos, o ponto privilegiado dessa formação, ou seja, o ponto que condensa e constitui o discurso, o ponto nodal (neste contexto de 2003 o

⁷ Sobre a noção de antagonismo na teoria do discurso de Laclau e Mouffe, ver Freitas (2020b, 2021).

assistencialismo sobre o PFZ assumiu essa posição privilegiada do discurso construído pelos deputados federais do PFL). Isso identificado, a etapa seguinte é apontar, a partir da relação antagonica estabelecida entre os discursos, a estruturação dessa formação discursiva; a relação antagonica, o ponto de antagonismo, será representada, neste momento, pelo ponto nodal – como já afirmamos no decorrer deste texto, toda relação política se constitui de forma antagonica, ou seja, toda relação de articulação interna de um determinado discurso só é possibilitada por um exterior ameaçador. O exterior, aqui nesse artigo, se trata do governo Lula; idealizador e executor do PFZ. Este momento é o momento da formação/reconfiguração de identidades a partir de identificações políticas precárias e contingentes; a relação, propriamente dita, estabelecida a partir do antagonismo entre os discursos formados a partir dos pronunciamentos dos deputados federais do PFL tratando do PFZ realizados durante as sessões do Grande Expediente da Câmara Federal durante o ano de 2003.

Os caminhos teóricos e metodológicos aplicados nesse artigo já foram utilizados em outras pesquisas e análises. Freitas (2011), em estudo anterior sobre o PFZ, apresenta a comparação entre os discursos de PT e PFL sobre o PFZ. Freitas (2015, 2016, 2017, 2018a, 2019a) expõem o antagonismo entre PT e PSDB em relação as Reformas da Previdência de 1998 e 2003, do governo de Fernando Henrique Cardoso e Lula, respectivamente. Tratando das disputas antagonicas emergentes durante o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, Freitas (2018b, 2019b, 2019c, 2020a) apresenta as posições discursivas antagonicas entre as candidaturas de PSDB e PT de 1994 a 2006. Como base nisso, podemos afirmar que já existe certa consolidação teórica e metodológica da teoria do discurso aplicadas em estudos empíricos com objetos diferentes, ainda que semelhantes.

Cultura Político: Uma abordagem breve

Para o desenvolvimento e manutenção de uma democracia, compreendido aqui manutenção como a busca por estabilidade democrática, é preciso haver a construção de uma “cultura cívica” – seja meramente o papel de votar. Para Almond e Verba (1963) a cultura cívica é fundamental para manter o sistema democrático, pois um sistema depende da capacidade e da predisposição da população em participar minimamente da ordem estabelecida. A cultura cívica, construída dentro de alguns parâmetros culturais definidos por uma determinada sociedade, pensados aqui numa sociedade democrática, é fundamental para que essa democracia seja mais inclusiva e representativa. Segundo Urbinati (2006), a representação não cria uma relação de oposição à democracia, pelo contrario, a representação torna a democracia possível, sendo assim, a representação assume um caráter de “saída” para a democracia, ou seja, um subterfúgio para a mesma.

A construção de uma cultura cívica não basta para que uma democracia seja realmente “democrática”, ou melhor, o quanto ela pode ser democrática. Segundo Baquero (2003), existe uma relação entre democracia, capital social e cultura política. Contudo, antes da construção desse capital social em uma democracia, a cultura cívica assume um papel fundamental, pois ela dá a base para a formação desse capital social e, logo, de uma cultura política.

Para Putnam (1993), o capital social está relacionado com a função que o indivíduo ocupa, ligada diretamente com as relações presentes na estrutura social. Esse conceito refere-se às relações entre pessoas, que, de alguma forma, essas relações favorecem o acesso desses indivíduos à recursos presentes na sociedade.

Segundo Bourdieu (1980) o capital social pode ser percebido a partir da relação de uma forte rede social do indivíduo, relacionada diretamente com as relações construídas por esse indivíduo na sociedade. Ainda, segundo o autor, o capital econômico pode aumentar o poder de seu capital social e, com isso, também aumentar o seu capital cultural. Sendo assim, esses capitais podem se relacionar de forma que um ajude o outro em determinadas questões.

Conforme Baquero (2003), no Brasil existe certa instabilidade no sistema democrático causada por um “déficit de participação política” do cidadão. Para uma democracia se fortalecer, é necessário aumentar a participação do cidadão na política. Ainda, segundo o autor, há uma grande “diminuição do Estado”, ou seja, o Estado não está suprimindo as demandas oriundas da sociedade e, com isso, acaba por criar um sentimento de descrença no cidadão, não sendo benéfico para a democracia.

Partindo disso, com uma cultura cívica democrática, mesmo que esteja em descrédito com o cidadão, haja a necessidade de uma participação em grupos, tais como associações, cooperativas, etc. É essa participação em grupos que vai dar sustentação para a formação de uma capital social e contribuir para a inclusão de cidadãos na democracia, buscando, com isso, canalizar suas demandas para os seus representantes, fazendo assim ser atendidas. A participação do cidadão em grupos, formando assim o capital social, é fundamental para a democracia, pois a participação de mais e mais indivíduos ajudaria a criar esse sentimento democrático e ampliando a crença na democracia. A internet e as redes sociais, mesmo com o que vem ocorrendo nas democracias consolidadas em todo o globo, continua sendo um instrumento importante para isso; um instrumento em disputa entre uma esquerda que deveria ser mais progressista e uma ultradireita cada vez mais antidemocrática.

Segundo Lima (2001), os movimentos sociais criam a possibilidade da ampliação do capital social do indivíduo, possibilitando uma maior pressão sobre o Estado e, assim, criando um maior conhecimento sobre o funcionamento dos aparelhos estatais – sua burocracia. Essa relação aumentaria o grau de confiança que o cidadão deposita no Estado, fazendo com que haja ampliação de uma cultura política democrática.

Com isso, articulando uma cultura cívica democrática; um capital social – criado nas relações em grupos –; e uma maior participação na esfera pública, ajudaria a formação de uma cultura política, fundamental para a estabilidade da democracia moderna, a democracia representativa. Segundo Baquero (2003), a cultura política passou a ser vital para a democracia, para a criação desse sentimento de inclusão, de participação. Em outro trabalho, Baquero (2001) afirma que a cultura política formada em conjunto com outras pessoas, como, por exemplo, associações – de bairro, de clubes –, agrega valores importantes para a democracia.

Buscar entender os mecanismos democráticos – suas instituições, alicerçado no capital social formado na relação de grupos – em esferas públicas, ajudaria a aumentar esse espírito público democrático. Portanto, a cultura política passaria a ser um conhecimento

sobre temas políticos, das instituições políticas; um exemplo seria buscar entender como se dá o funcionamento do Congresso Nacional e, ainda, como o sistema eleitoral funciona.

Para Moisés (2008) a adesão à democracia, a “vontade de democracia”, seria fundamental para a construção de uma cultura política. Além disso, para o autor, o bom funcionamento das instituições democráticas ajuda a estabilidade da democracia, ou seja, as instituições de representação têm de ter a confiança do cidadão. Conforme o autor, essa relação do cidadão com a democracia estaria em crise devido a fatores como corrupção e a ineficiência do Estado em suprir as demandas sociais, tais fatores causariam sérios problemas para a democracia. O assistencialismo se encaixaria em uma dessas características maléficas a democracia, pois o Estado não supre inteiramente a demanda social e mantém o indivíduo nessa relação de dependência, criando nesse cidadão um sentimento de descrença com relação à eficiência do sistema político; dando ênfase a sua relação de dependência. Segundo Barry (1970), a cultura política acaba sendo um reflexo da estrutura política, ou seja, se a estrutura política não satisfaz as necessidades do cidadão, mais baixa será a crença desse cidadão na política.

Para Baquero e Prá (2007), é fortalecendo a democracia substantiva que ajudará no melhoramento da democracia formal, ou seja, no melhoramento de suas instituições. Segundo os autores, o que ocorre hoje na sociedade é uma desconfiança nas instituições democráticas – uma desconfiança na política. Resgatar essa confiança do cidadão nas instituições democráticas é fundamental para consolidação de uma cultura cívica e, além do mais, para o fortalecimento de uma cultura política. Portanto, nesta perspectiva, pode-se inferir que uma política meramente assistencialista ajudaria a excluir o cidadão de baixa renda dessa compreensão sobre como se dá o funcionamento da política institucional. O assistencialismo ajudaria a criar uma apatia política no cidadão, pois, o mantém numa relação de dependência com relação ao benefício dado pelo Estado/governo e, com isso, criando um entendimento errôneo de que a função do Estado se restringe apenas a essa ação.

Baquero e Prá (2007) concordam, em certa maneira, com a ideia apresentada por Barry (1970), pois, segundo os autores, a estrutura e a formação histórica, principalmente os fatores históricos, afetam diretamente a formação de uma cultura política democrática de participação. Ainda, segundo os autores, a prevalência do elitismo, do clientelismo e a reprodução de formas antigas de se fazer política, contribuem para a formação dessa cultura política, que, em muitos aspectos, não privilegia as estruturas democráticas de participação. A cultura política molda a compreensão dos atores sociais, demonstrando, assim, que o caráter histórico de formação dessa cultura assume um papel importante. Com isso, determinadas políticas assistencialistas ajudam a moldar essa percepção do cidadão com relação à política.

Neste ponto, fica uma grande questão a ser debatida ao longo de possíveis trabalhos futuros, que é a seguinte: o que forma a cultura política? São as instituições democráticas e as políticas tradicionais, ou é a demanda social; uma cultura cívica e um capital social? Bem, a resposta para essa questão não é nada simples. Segundo Rostow (1970), contrariando em certa medida Almond e Verba (1983), coloca que as normas culturais aparecem depois que as estruturas democráticas já estão estabelecidas. Mas disso surge outra questão: então de onde vem uma demanda democrática? Vem do povo ou vem da

estrutura política anterior? Para Almond e Verba, a cultura política é produto tanto da história coletiva como da história de vida dos membros desse sistema, ou seja, criando assim uma relação entre o público e o privado nas relações pessoais⁸. É importante destacar que as questões levantadas neste parágrafo não constituem o objeto principal deste artigo, apenas servindo como parâmetros de reflexão.

O Programa Fome Zero

Nesta seção do artigo, busca-se demonstrar como o Programa Fome Zero (PFZ) está estruturado e como se deu a sua formulação. Além disso, busca-se demonstrar de onde ele surgiu, as primeiras experiências do Programa, e quais foram os objetivos governamentais. Ainda, nesta seção, intenta-se explorar o “estado da arte” sobre o tema “Fome Zero”, e como o programa vem sendo discutido por outros autores.

O PFZ, uma política social implementada pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) em 31 de janeiro de 2003, tendo um grande respaldo tanto da sociedade civil quanto da classe política brasileira, foi uns dos principais projetos do então presidente Luis Inácio Lula da Silva, sendo o seu carro-chefe. O PFZ busca garantir o direito humano à alimentação adequada, promovendo, assim, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a inclusão social e a conquista de cidadania de todos os brasileiros em situação de vulnerabilidade social⁹.

Apesar de ser uma política de nível nacional, os principais gestores eram os municípios, sempre mantendo uma articulação entre o Estado e a sociedade civil, cabendo assim aos municípios descobrir onde se localizava o problema da fome e qual seria seu público alvo. O PFZ, primeiramente, foi implementado em dois municípios do Piauí, Guaribas e Acauã (semi-árido nordestino), considerados entre os municípios mais pobres do Brasil e que apresentavam altos índices de fome por parte da população. Nesses municípios, o PFZ teve um caráter de teste, sendo caracterizado pela organização do Programa como um “projeto piloto”¹⁰.

Quando se fala em PFZ não tem como não abordar o conceito de fome, contudo, nesse trabalho, o conceito de fome não é o foco central, logo, não será realizada nenhuma construção histórica sobre o tal conceito. Segundo o PFZ, a fome é entendida como um problema individual, pois o reflexo da fome no indivíduo não é causado pela falta de produção de alimento, mas, sim, por um desequilíbrio na distribuição desses produtos, e, ainda, pela falta de recursos econômicos; sendo assim, o problema seria social.

⁸ Esse debate continua fortemente até os dias de hoje, mas como já foi mencionado, o objetivo desse trabalho não é abordar diretamente essas questões. Outros autores trabalham diretamente neste debate, além dos autores já citados no texto, é importante destacar outros tão importantes quanto os já mencionados, tais como: Huntington (1993), Inglehart (1998). Przeworski, Cheibub e Limongi (2003).

⁹ Mais informações sobre o Programa Fome Zero (PFZ) estão disponíveis no site oficial do Programa (<http://www.fomezero.gov.br>). Acesso jun. 2013.

¹⁰ Segundo o site oficial do programa (<http://www.fomezero.gov.br>), essa experiência teve uma grande contribuição para formulação do PFZ em nível nacional, pois ali foram identificados alguns problemas que puderam ser corrigidos. Ainda segundo o site, essa experiência tinha como grande objetivo a distribuição de alimentos, compondo a esfera emergencial, mas também procurou incentivar a agricultura local, compondo assim a esfera estrutural do programa.

O corte adotado pelo PFZ para caracterizar a linha da pobreza foi de R\$ 71,53 (setenta e um reais e cinquenta e três centavos), considerando pobres aquelas pessoas com renda inferior a US\$ 1,00/dia (Belick, Del Grossi, 2003)¹¹. O PFZ busca dar um tratamento universal à questão da alimentação, trazendo à tona o “direito à alimentação”, ou seja, fazendo com que o Estado seja o provedor de políticas voltadas a esse problema social, como destaca Yasbek (2004), fazendo uma “refilantropização” da questão social, tendo no Estado a instituição garantidora deste direito.

Segundo Yasbek (2004), o PFZ surge em um momento de profundas transformações sociais e tem um grande caráter paliativo, pois até esse momento não rompeu com a ótica emergencial. A autora destaca que o próprio Programa relata algumas preocupações com as políticas estruturais, tais como redistribuição de renda, aumento da produção, geração de emprego, reforma agrária e até mesmo o desenvolvimento econômico do país. A autora salienta que o direito à alimentação deve ser garantido pelo Estado, mas que isso não descaracteriza o apelo simbólico e humanitário que o Programa faz, o colocando como um Programa meramente assistencialista e conservador.

Para Yasbek (2004) o Programa não traz nenhuma grande inovação em relação aos outros programas sociais já existentes no país, ou seja, ele seria uma continuidade da política social do governo anterior. Ainda, segundo a autora, concordando com os parâmetros do PFZ, os principais causadores da fome no país é a pobreza e o desemprego, todos vinculados aos fatores econômicos; um devido ao fato de não haver ocupação no mercado de trabalho formal, e o outro de não haver poder aquisitivo para a obtenção de alimentos por parte das pessoas. Nota-se, aqui, que o problema da fome não está vinculado à falta de produção de alimento, mas sim na falta de condições para adquiri-los.

Em outro artigo, Yasbek (2003) afirma que a pobreza e o desemprego são as causas principais da fome no Brasil e que, para isso, o PFZ deveria, além de articular outras políticas sociais e estruturais, alterar, até certo ponto, o modelo econômico. Neste sentido, o Programa e o governo deveriam buscar fazer uma relação entre crescimento com distribuição de renda, pois essas seriam duas formas reais de combater esse flagelo ligado diretamente ao poder aquisitivo das pessoas que estão nessa condição.

Sobre as políticas estruturais que acompanham o PFZ, tais como: geração de emprego e renda; previdência social universal; incentivo à agricultura familiar; bolsa escola; renda mínima; entre outras, são dadas a essas políticas o aval de conduzirem o PFZ a um programa que não se reduza apenas ao caráter emergencial. Conforme Yasbek (2003) destaca, são essas políticas que vão dar a base de sustentação para toda articulação em torno do Programa; efetivamente seria um passo decisivo para a retirada das pessoas dessa situação de fome e, com isso, promovendo o início da inclusão social destes indivíduos.

Essa “cruzada solidária” contra a fome, além de ter grande apelo, obteve um consenso social que deu grande respaldo ao governo Lula. E, a partir daí, graças a essa força social e ao apelo humanitário do Programa, enfrentar-se-ia a pobreza e a fome de

¹¹ Valor próximo ao salário mínimo no mês de setembro de 1999, data adotada pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) para caracterizar as famílias que não têm uma renda suficiente para garantir a sua segurança alimentar. Mais informações sobre o PFZ estão no site oficial do programa (<http://www.fomezero.gov.br>). Acesso jun. 2013.

forma a erradicá-las – e não apenas abordá-las emergencialmente – pois se o problema da fome for tratado como sendo apenas emergencial, corre-se o risco de não se realizar como um “direito social”. É preciso, portanto, que este Problema seja politizado para que o mesmo alcance um *status* social que justifique a sua apreciação política; a abordagem emergencial é importante, mas é preciso atacar as bases, as estruturas do problema.

Nunca um governo assumiu esse papel de luta e combate à fome com tanta determinação e obstinação como o governo Lula (Ananias, 2004). Para este autor, governos anteriores e parte da elite nacional ocultaram o problema da fome e não tomaram medidas concretas para atacar tal flagelo social. Coube ao governo Lula levantar essa bandeira contra a fome e a exclusão social, para tentar, assim, eliminar a fome e resgatar a cidadania do povo de baixa renda no Brasil. Belick e Del Grossi (2003) destacam que a alimentação é um dos direitos universais do cidadão e o PFZ pretende dar conta disso, sendo equiparado ao direito à educação, saúde e trabalho e que, na atual Constituição brasileira, o direito à vida deixa implícito o direito à alimentação¹².

A questão que fica aqui é: será mesmo que o PFZ realmente busca eliminar a fome e resgatar a cidadania do povo brasileiro de baixa renda, ou fica somente na esfera emergencial, se caracterizando como meramente assistencialista? Para Ananias (2004) o Programa não se restringe somente à esfera emergencial. Segundo o autor, neste sentido, o PFZ não é meramente assistencialista, pois o que os críticos chamam de assistencialismo nada mais é do que uma política emergencial, um primeiro momento do programa, pois como o próprio presidente Lula destacou várias vezes em seus discursos: “quem tem fome tem pressa”. Com isso, esse primeiro momento do programa tem uma função importante para os assistidos, mas não fica restrito somente a isso. O PFZ visa à universalização dos direitos da cidadania, tendo como ponto principal o direito à alimentação, mas também outros, tais como, direito à saúde e à educação, tidos como direitos sociais básicos. Essas articulações visam a valorizar os cidadãos brasileiros, dando-lhes acesso aos direitos e serviços prestados pelo Estado, colocando os cidadãos no centro do planejamento da ação do Estado (Ananias, 2004).

Sem dúvida que, para a implementação deste Programa, ocorreram alguns problemas, pois a abrangência do PFZ é consideravelmente grande. Belick e Del Grossi (2003) destacam que um dos maiores problemas foi com relação à seleção do público beneficiário, mas que outros problemas vinculados à sua estruturação, tais como a distribuição de alimentos e a arrecadação de doações, foram sempre corrigidos com muito dinamismo.

Muito parecido com o que Yasbek (2004) coloca sobre a posição do Estado com relação ao problema da fome, Belick e Del Grossi (2003) destacam que o Estado, criando um programa no qual busque erradicar a fome, não está fazendo nada mais do que sua função. Com isso, o Estado brasileiro estaria cumprindo uma função constitucional que é atribuída a ele, pois políticas sociais, em muitos casos, são compensatórias em relação ao

¹² Esse texto foi preparado para o painel “Políticas de Combate à Pobreza: Segurança Alimentar, Nutrição, Renda Mínima e Ganhos de Produtividade na Agricultura”; realizado no dia 30 de julho de 2003 no XLI Congresso da SOBER em Juiz de Fora, Minas Gerais.

funcionamento da sociedade, surgindo para compensar as distorções decorrentes do processo de desenvolvimento¹³.

Conforme Graziano da Silva, Belick e Takagi (2003), a alteração desse quadro passa por uma superação de um “ciclo vicioso da fome”, em que, desde os anos 90, vêm ocorrendo políticas que os autores colocam como “bolsa-esmola”, havendo apenas uma doação de alimentos e uma pequena quantia monetária. Nesse contexto, o Programa Fome Zero vem para superar essas dificuldades, agindo em três eixos simultâneos: ampliação da demanda efetiva de alimentos, barateamento do preço dos alimentos e programas emergenciais para atender a parcela da população excluída do mercado.

Alguns aspectos acabam se repetindo no argumento de diferentes autores. Por exemplo, Graziano da Silva, Belick e Takagi (2003) destacam, também, que para que o PFZ tenha sucesso não bastam apenas políticas emergenciais, e que também a articulação do PFZ com outras políticas estruturais é importante¹⁴. No entanto, para que o problema da fome no Brasil seja superado, é preciso um novo modelo de desenvolvimento econômico que privilegie o crescimento com distribuição de renda, de modo a recuperar o mercado interno com geração de empregos, melhoria dos salários e recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo.

A partir dessa construção sobre a estruturação e organização do PFZ, a próxima seção visa demonstrar o posicionamento dos deputados federais do PFL, com base em seus pronunciamentos realizados no Grande Expediente da Câmara Federal no período que compreende o primeiro semestre de 2003, e como os mesmos significam o Programa.

PFL: Uma visão crítica do PFZ

Nesse momento será feita uma análise dos argumentos utilizados pelos deputados federais do Partido da Frente Liberal (PFL) para caracterizar o Programa Fome Zero (PFZ), buscando assim demonstrar como esses deputados significam o PFZ. A grande maioria dos deputados federais do PFL utiliza o argumento do “assistencialismo” para significar e criticar o PFZ, caracterizando assim o sentido predominante em seu discurso. Segundo os deputados, para que o PFZ seja efetivo não basta dar comida, tem de buscar outras articulações, tais como aumento da produção, melhorar a educação entre outros. O retrocesso econômico também é colocado como um dos fatores da fome em nosso país e, para superar esse flagelo, seria necessário combater esse atraso e não apenas distribuir alimento¹⁵.

¹³ Tanto Yasbek (2004), Belick e Del Grossi (2003) e Ananias (2004) destacam as ações estruturais do programa vinculadas à saúde, educação e infraestrutura, em que a educação tem como alicerce básico o Programa de Alfabetização de Adultos, Requalificação Profissional e Inclusão Digital; já a saúde está alicerçada na área de saneamento básico; na infra-estrutura, as principais ações estão voltadas para a agricultura familiar e para a construção de cisternas, um dos problemas enfrentados no programa piloto realizado em Guaribas e Acauã.

¹⁴ Segundo Graziano da Silva, Belick e Takagi (2003), essas políticas estruturais estão previstas no Programa Fome Zero e que o caráter emergencial é importante para a condução do programa.

¹⁵ Sobre o PFZ segundo a visão dos partidos conservadores, ver Mendonça (2011).

A crítica do assistencialismo sem dúvida é mais recorrente no discurso crítico ao PFZ, que será percebido no decorrer dessa seção. A grande maioria dos deputados do PFL caracteriza o PFZ com um programa que visa apenas às necessidades momentâneas dos seus assistidos, ou seja, o Programa acaba sendo caracterizado como meramente assistencialista, como podemos ver pelo pronunciamento de Rogério Nunes (PFL-BA):

É necessário que o Governo do Presidente Lula, tão empenhado no combate à fome, tome consciência de que dar condições de produzir, de contribuir para a formação da riqueza nacional é tão ou até mais importante e efetivo do que dar alimento para matar a fome de agora, sem previsão para a de amanhã (Diário da Câmara dos Deputados, 26/02/2003, p. 04220).

É melhor ensinar a pescar do que dar o peixe a quem tem fome, diz o velho ditado. Para isso, Sra. Presidenta, Sras e Srs. Deputados, é fundamental ter onde pescar (Diário da Câmara dos Deputados, 26/02/2003, p. 04221).

Nota-se, nesse pronunciamento, que o deputado Rogério Nunes não só caracteriza o Programa como assistencialista como também demonstra, em sua opinião, como o governo Lula deveria agir para concretizar uma real luta contra a fome. Na visão do deputado, é tão mais importante se preocupar com as condições de produção e com a formação da riqueza nacional, pois isso sim seria uma política efetiva para o combate à fome em nosso país, ou seja, é melhor dar condições e “ensinar a pescar do que apenas dar o peixe”. Com isso, a partir da perspectiva da formação da cultura política desses assistidos, o assistencialismo caracterizado pela oposição dos deputados federais do PFL, poderá se constituir num dos fatores mais predominantes na formação do capital político de seus assistidos.

Esse argumento assistencialista que é colocado ao PFZ, abarca junto a ele sempre uma sugestão de como o governo Lula deveria agir para que o Programa não se restringisse somente à distribuição de alimentos, no sentido de que PFZ fosse efetivamente uma verdadeira ação de combate à fome. Segundo esses argumentos, que colocam o PFZ como meramente assistencialista, não basta apenas prover o alimento, como podemos perceber em mais um pronunciamento, desta vez de Machado (PFL-SE), o qual significa o Programa como assistencialista:

Pessoalmente, fico satisfeito quando vejo o grande mutirão do Governo Federal para distribuição de comida, por meio de ações como Fome Zero. Quero apresentar uma sugestão ao Presidente Lula: como nordestino, e muito bem intencionado, empenhe toda a sua força popular e política para promover um mutirão de empreendimentos para o Nordeste. Mande-nos indústrias, estabeleça política diferenciada para o setor agrícola nordestino... – fortaleça o comércio e o setor de serviços. Assim, teremos onde trabalhar, o que comer e onde morar decentemente (Diário da Câmara dos Deputados, 13/05/2003, p. 19913).

O deputado Machado demonstra, em seu pronunciamento, a importância de se ter um programa que busque distribuir alimentos para aquelas pessoas que não têm condições financeiras de adquiri-los, mas como foi relatado anteriormente, o deputado apresenta sugestões para que o Programa tenha efeito mais amplo, de um combate efetivo da fome, destacando que o governo realize um “mutirão de empreendimentos”. Coloca, ainda, o Nordeste como uma das regiões com maior necessidade de políticas voltadas para essa

estruturação, pedindo também indústrias e que o governo estabeleça uma política diferenciada para o setor agrícola nordestino, pois, com isso, segundo o deputado Machado, todos terão onde trabalhar, o que comer e onde morar.

Outra característica colocada para definir o PFZ como assistencialista é voltada para a área da economia, sendo mais específica ainda, destacando a geração de emprego, como relata o deputado Osório Adriano (PFL-DF):

Onde estão os 10 milhões de empregos prometidos? Quando se iniciará a retomada do desenvolvimento? Não é com migalhas de doações para combater a fome que podem ser compensadas socialmente as malévolas consequências do retrocesso econômico (Diário da Câmara dos Deputados, 21/06/2003, p.28381-28382).

O deputado Osório Adriano destaca que o retrocesso econômico em que se encontra o país, não vai ser superado com “migalhas de doações para combater a fome”, pois, segundo o deputado, a grande culpa de haver fome em nosso país se dá de fato a esse retrocesso, e políticas de doação de alimentos não vão compensar esse problema social. O deputado deixa um questionamento ao presidente Lula sobre a retomada do desenvolvimento e sobre uma de suas promessas de campanha, os 10 milhões de empregos que Lula prometeu gerar, ficando claro que seria isso que faria com que o país de fato enfrentasse o problema da fome.

Outra característica é apontada no pronunciamento do deputado Costa Ferreira (PFL-BA), oportunidade em que ele coloca que “combater a fome sem atacar as causas do atraso é mero paternalismo” (Diário da Câmara dos Deputados, 02/04/2003, p. 1499). Com isso, Costa Ferreira destaca que o PFZ não vai ser um programa que visa a combater os problemas sociais que estão causando esse flagelo da fome, mas sim vai apenas ser um Programa de distribuição de alimentos, e que isso não passa de paternalismo por parte do governo Lula. Neste sentido, além de assistencialista o Programa é visto como paternalista e, portanto, mais uma característica importante para a formação da cultura política de seus assistidos.

Um das críticas mais contundentes ao Programa Fome Zero é com relação aos gastos excessivos referente à sua implementação, como destaca a deputada Nice Lobão (PFL-MA):

Ora. Sr. Presidente, o Fome Zero está patinando há 5 meses, gastando uma fábula em viagens e diárias com os funcionários responsáveis pela sua implantação, sem resultados concretos até o presente momento (Diário da Câmara dos Deputados, 05/06/2003, p.25446).

A deputada reclama que o Programa tem gasto muito dinheiro sem ter um resultado concreto para a sociedade, ficando mais claro seu posicionamento nesse trecho de seu pronunciamento:

Basta ao Governo, se quiser seriedade com o assunto, reduzir o religioso pagamento de juros da dívida externa e canalizar esses recursos para reduzir o desemprego e a Fome no País (Diário da Câmara dos Deputados, 05/06/2003, p.25446).

Neste sentido, para a deputada Nice Lobão, o PFZ não é um efetivo Programa que busca atacar a fome com seriedade. Ela destaca que se o governo quiser tratar o tema com uma verdadeira seriedade deveria “reduzir o religioso pagamento de juros da dívida externa”. Além disso, esclarece, inclusive, que a busca pela geração de emprego fosse outra medida fundamental para acabar com esse flagelo que castiga uma parcela da população brasileira.

Percebemos, a partir dos pronunciamentos dos deputados federais do PFL, que o PFZ não passa de meramente assistencialista e, ainda, o governo Lula é acusado de ser paternalista. Com isso, mesmo o combate à fome, por meio do PFZ, ser uma atitude de grande importância, de ter um caráter elogiável, as críticas quanto à sua implementação e quanto à sua estruturação são fortes. Na visão dos deputados citados, o PFZ não passa de uma política pública meramente assistencialista e não busca tratar outros problemas paralelos, como o retrocesso econômico e a falta de emprego e renda. Portanto, essas características negativas relatadas ao Programa, assistencialista e paternalista, contidas na visão dos deputados do PFL, teriam uma grande influência na produção da cultura política de seus assistidos, pois, por ser o “ambiente” mais próximo da política institucional, o mesmo se mostra como a principal fonte de compreensão da função do Estado em relação à sociedade. Muitos assistidos acabariam assimilando essa ação do Estado como sendo “a” sua função, ou seja, teriam direito a uma assistência permanente do mesmo sem ter um incentivo para sair dessa situação¹⁶.

Considerações Finais

Começamos chamando a atenção para o fato de que, mesmo nos pronunciamentos dos deputados federais do PFL, em momento algum se buscou criticar o caráter elogiável de combater à fome no Brasil. Políticas que visam esse objetivo são muito importantes para a redistribuição de renda e, além do mais, ajudam pessoas que se encontram à margem da sociedade, ou seja, não tem condições de adquirir seu próprio alimento. Como podemos perceber, conforme os sentidos de alguns comentaristas tratando do PFZ, os defensores do Programa destacam a importância de se ter um Programa como este, um Programa que busca incluir milhões de brasileiros antes excluídos.

A articulação entre Estado e sociedade civil é muito debatida no âmbito da Ciência Política. Sem dúvida que não basta ter um Estado minimamente democrático, é preciso que o cidadão se engaje nessa ideia democrática para que a sociedade seja mais inclusiva. Para isso, como foi demonstrada no texto, a participação desse cidadão em grupos sociais e na política passaria a ser uma atitude fundamental para o desenvolvimento, melhoramento e estabilização da democracia. Acreditava-se que com o advento da internet e sua popularização, isso ocorreria. Porém, o que vem ocorrendo desde 2010 é um crescente do

¹⁶ Tal perspectiva pode ser notada a partir do trabalho de Mariano (2014).

discurso da ultradireita no mundo, em muito amplificado pelas redes sociais. Nesse sentido, a democracia e a cultura política democrática se viu ameaçada.

Partindo dessa perspectiva, o Estado assume um papel central nesse debate. Além de o Estado ser o provedor de políticas públicas, ele também é alvo de reclamações quanto à falta de abrangência e qualidade das mesmas. Sua impermeabilidade aos reclames do cidadão e sua seletividade no que se refere as aplicações de verbas, geram insatisfações por parte da população. Quanto mais inclusivas forem as políticas públicas, destacando, principalmente, as que atuam na área social, melhor será a relação entre Estado e sociedade. Com isso, com o melhoramento dessa relação, melhor será a formação do capital político do cidadão.

A relação entre cultura cívica, capital social e cultura política, faz com que o sistema democrático consiga se desenvolver de forma que se torne mais igualitário e mais inclusivo. Na perspectiva da grande maioria dos autores, não há como se pensar em uma sociedade democrática sem buscar desenvolver essas características. Em uma sociedade com baixo “grau” de cultura política, a democracia tende a ser menos estável, mais “fraca”.

Com isso, o que se buscou inferir neste artigo, analisando as significações feitas pelos deputados federais do PFL pronunciadas durante as Sessões do Grande Expediente da Câmara Federal durante os primeiros seis meses de 2003, momento em que o PFZ foi implementado, e tratando-se de um partido de oposição ao do governo, é que o PFZ, caracterizado como assistencialista na percepção dos mesmos, poderia assumir um papel relevante na formação da cultura política de seus assistidos. Neste sentido, a ação do Estado é fundamental na formação do capital político do cidadão – seja pela ação efetiva ou até mesmo pela falta dessa ação.

Contudo, segundo os deputados opositores ao governo e contrários ao Programa Fome Zero, políticas como o PFZ não buscam combater efetivamente à fome, mas sim acabam assumindo meramente esse caráter assistencialista. Sendo assim, partindo de uma concepção sobre a formação da cultura política e que essa política causaria uma apatia em seus beneficiários, esse assistencialismo significado na perspectiva dos deputados federais do PFL poderia gerar um conhecimento distorcido com relação a “verdadeira” função do Estado. A relação de dependência dos assistidos com relação ao Programa e ao Estado seria um dos principais fatores na formação de sua cultura política, ou seja, o PFZ – caracterizado pelos deputados do PFL como assistencialista e paternalista – seria fator relevante na formação do capital político de seus assistidos.

Portanto, sem entrar na questão sobre a qualidade e o mérito do PFZ – se essa política pública é positiva ou negativa para a sociedade e principalmente para seus assistidos –, a significação feita pelos deputados do PFL, opositores ao governo criador desse Programa, acabam classificando o Programa como sendo meramente assistencialista e paternalista. Neste sentido, a partir da significação feita por tais deputados e tomando como base a perspectiva teórica da cultura política, o PFZ se tornaria o ponto chave da relação entre o Estado, o governo e os assistido em se tratando da relação entre estes entes o próprio Estado e Governo. Logo, o Estado passaria a ser compreendido como instituição com função assistencialista e, em consequência, formador de cultura política dos assistidos. Com isso, os assistidos pelo PFZ teriam como base para a construção de sua cultura política o próprio Programa, neste caso o caráter assistencialista atribuído a ele pelos deputados do

PFL não seria um ponto positivo para a construção de uma estabilidade do sistema democrático, pois manteria os assistidos num estado de dependência da ajuda do Estado.

Referências

- ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes in five Western democracies*. Princeton, Princeton University Press. 1963.
- ANANIAS, P. *Fome Zero*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2024. Disponível em: http://www.mds.gov.br/noticias_antigas/noticia473.htm/html2pdf. Acesso em: 01 jul. 2009.
- BAQUERO, M. Cultura política participativa e desconstrução democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 98-104, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/MKMGcgpGf8LQJ55RSwW94Yg/>. Acesso jan. 2021.
- BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*. v. 21, p. 83-108, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/8zCdyj9qYKBWcQVWJ3M8Swq/abstract/?lang=pt>. Acesso jun. 2021.
- BAQUERO, M.; PRÁ, J. *A Democracia Brasileira e a Cultura Política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Editora: UFRGS. 2007.
- BARRY, B. *Sociologists, Economists, and Democracy*. University of Chicago Press. 1978.
- BELIK, W.; DEL GROSSI, M. *O programa fome zero no contexto das políticas sociais no Brasil*, 2003. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/download/>. Acesso jul. 2009.
- BOURDIEU, P. Le capital social. Notes Provisoires. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, n. 31, p. 2-3, 1980. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069. Acesso jan. 2021.
- FREITAS, F. C de. O Programa Fome Zero e a Disputa Discursiva entre o PT e o PFL. *Publicatio, Ponta Grossa*, v. 19, n. 2, p. 167-179, 2011. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/2980>. Acesso jan. 2021.
- FREITAS, F. C. de. De Situação a Oposição: a reforma da Previdência do governo Lula a partir da perspectiva dos deputados do PSDB. *Revista Pensamento Plural*, v. 16, n. 8, p. 131-156, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pensamentoplural/article/view/5370>. Acesso jan. 2021.
- FREITAS, F. C. de. A posição antagônica do discurso do PT contra a reforma da Previdência do governo Cardoso. *Revista Simbiótica*, v. 3, n. 1, p. 100-127, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/28465>. Acesso jan. 2021.
- FREITAS, F. C. de. Reformando a reforma e reestruturando o discurso: a perspectiva dos deputados do PT nas reformas da previdência dos governos FHC e Lula. *Revista Barbarói*, v. 50, p. 39-69, 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/9865>. Acesso jan. 2021.
- FREITAS, F. C. de. De Oposição a Situação: a reforma da Previdência de 2003 e o primeiro “grande racha” no governo Lula. *Revista Teoria e Pesquisa*, v. 27, n. 1, p. 71-105, 2018a. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/650>. Acesso jan. 2021.

- FREITAS, F. C. de. O primeiro grande antagonismo entre PSDB e PT. *Opinião Pública*, v. 24, n. 3, p. 547-595, 2018b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912018243547>. Acesso jan. 2021.
- FREITAS, F. C. de. Duas reformas e “dois” discursos: O PSDB entre as reformas da Previdência dos governos FHC e Lula. *Revista Tomo*, n. 34, v.1, p. 189-240, 2019a. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/9697>. Acesso jan. 2021. Acesso jun. 2021.
- FREITAS, F. C. de. Antagonismo e Propaganda Eleitoral: os discursos de PSDB e PT na eleição de 2002. *Revista de Ciências Sociais*, v. 50, n. 1, p. 475-524, 2019b. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/33449>. Acesso jan. 2021.
- FREITAS, F. C. de. Redimensionando o primeiro antagonismo entre PSDB e PT: A eleição de 1998 e a produção de novos sentidos. *Revista Agenda Política*, v.7, n.3, p. 166-207, 2019c. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/270>. Acesso jan. 2021.
- FREITAS, F. C. de. “Revisitando” algumas teses do passado: a eleição de 2006 e a disputa antagônica entre PT e PSDB. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 32, p. 43-92, 2020a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/3PmkNSxKmDFgB35ZFGw4shB/?lang=pt>. Acesso jan. 2021.
- FREITAS, F. C. de. Repensando o Agonismo: o impasse não superado entre consenso e conflito. *Revista Teoria & Pesquisa*. v. 29, n. 3, p. 135-158, 2020b. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/854>. Acesso jan. 2021.
- FREITAS, F. C. de. A política como antagonismo: a irredutibilidade do conflito político. *Caderno CRH*, v. 34, p. 1-24, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/tYHWqcJvm5Fk7hqs8VPBLQr/>. Acesso jan. 2021.
- HUNTINGTON, S. P. *The third wave: democratization in the Late Twentieth Century*. Norman, University of Oklahoma Press. 1991.
- INGLEHART, R. The Renaissance of political culture. *American Political Science Review*, v. 82, n. 4, p. 1203-1230. 1998. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069. Acesso jun. 2021.
- JESSOP, B. Critical discourse analysis in Laclau and Mouffe’s post-Marxism. *Revista Simbiótica*, v. 6, n. 2, p. 8-30, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/28400/20241>. Acesso jan. 2021.
- LACLAU, E. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. 2ª ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.
- LACLAU, E. *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.
- LACLAU, E. *A Razão Populista*. São Paulo, Três Estrelas, 2013.
- LACLAU, E. *Los Fundamentos Retóricos de la Sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.
- LIMA, J. C. A teoria do capital social na análise de políticas públicas. *Política & Trabalho*. V. 17, p. 46-33, 2001.
- MAINWARING, S.. MENEGUELLO, R. POWER, T. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

- MARIANO, S. A focalização e as condicionalidades do Programa Bolsa Família afirmam a noção de direito social e contribuem para a formação de sujeitos de direitos? *Anais do 2º Simpósio Nacional sobre Democracias e Desigualdades*, realizado em Brasília entre os dias 7 e 9 de maio de 2014. Disponível em: <https://www.demodeunb.com/>. Acesso: jan. 2021.
- MELO, F. H. de. *O problema alimentar no Brasil: a importância dos desequilíbrios tecnológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- MENDONÇA, D. O Programa Fome Zero nos pronunciamentos dos deputados conservadores. *Revista Século XXI*, v. 1, n. 1, p. 25-43, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/3085/1711>. Acesso jan. 2021.
- MENDONÇA, D. A crise da democracia liberal e a alternativa populista de esquerda. *Revista Simbiótica*, v. 6, n. 2, p. 31-50, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/28401/20245>. Acesso jan. 2021.
- MOISÉS, J. Cultura Política, Instituições e Democracia: Lições da experiência brasileira. *RBS*, v. 23 n. 66, p. 11-43, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsoc/a/SwtcNzKgzLJYNQsbyy63VQt/abstract/?lang=pt>. Acesso jan. 2021.
- PUTNAM, R. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton, Princeton University Press. 1993.
- PRZEWORKI, A.; CHEIBUB, J.; LIMONGE, F. Democracia e Cultura: Uma Visão não culturalista. *Lua Nova*, n. 58, p. 9-35, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/DNXtsBQ4T6b7j8LL57HdzVr/>. Acesso jan. 2021.
- REIS, B. Capital Social e Confiança: Questões de Teoria e Método. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, p. 35-49, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/G8s5tWq85dR5VVg7vrtmFR/>. Acesso jun. 2021.
- ROSTOW, D. Transitions to Democracy. Toward a Dynamic Model. *Comparative Politics*, v. 2, n. 3. p. 337-363. 1970. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/4dcnvhbzvzh6bfzu4mzjeujz6e/access/wayback/http://vkl.me:80/articles/Rustow%20Transitions.pdf>. Acesso jun. 2021.
- SILVA, J. G. da; BELIK, W.; TAKAGI, M. *Para os críticos do Fome Zero*. Fome Zero, 2003. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/download/50fomezero2.pdf>. Acesso jul. 2009.
- URBINATI, N. O que torna a representação democrática? *Lua Nova*, n. 67, p. 191-228, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/4qsH3GhJPTTnmmMhJg8jkhB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso jun. 2021.
- YASBEK, M. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, 2004, vol. 18, nº 2, pp. 104-112. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102. Acesso em: 26 jul. 2008.
- YASBEK, M. Fome Zero: uma política social em questão. *Saúde e Sociedade*, v. 12, n. 1, p. 43-50, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/zyt7QqQzBCKgGpwL8x9PBMz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso jun. 2021.

Recebido em: 10-09-2022
Modificado em: 22-03-2023
Aceito em: 18-06-2023

Felipe Corral de Freitas

Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação de Ciência Política (Ipol) da Universidade de Brasília (UnB). Professor de Ciência Política da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).